

Publicação científica e democracia

Em 1576, o jovem intelectual Étienne de La Boétie escreveria um manifesto intitulado *Discours de la servitude volontaire*, estruturado em torno de um simples axioma: a maior parte de um povo, por qualquer que seja o motivo, conforma-se à subordinação (La Boétie, 2022). A questão a nós posta por La Boétie é: como é possível que as pessoas consintam com sua própria escravidão? Apresento essa indagação e a ponho diante da mais nova proposta da Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES), em avaliar a produção dos intelectuais acadêmicos no Brasil.

No final de outubro de 2024, a CAPES, mediante o seu Conselho Técnico Científico da Educação Superior, comunicou que a produção intelectual sofreria uma nova modalidade de classificação. O novo processo avaliativo terá como objeto de análise o discurso (manuscrito) e não mais o lugar onde é publicado (periódico). A expectativa é de que as novas regras sejam disponibilizadas agora em março de 2025, e os procedimentos a serem adotados para a nova classificação, já foram mencionados (CAPES, 2024).

Ora, a classificação da produção intelectual encontra-se, historicamente ancorada, na necessidade de se garantir a *qualidade da informação*. Em 1964, a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) criou o primeiro modelo de mensuração para avaliação de revistas latino-americanas, que classificava as revistas nas categorias de deficiente a excelente. Era o estabelecimento de uma métrica para as informações disponibilizadas em revistas e periódicos científicos (Ferreira; Krzyzanowski, 2003). Acontece que o conceito de deficiência, segundo George Canguilhem (2009), é uma derivação do conceito de *anormalidade*, uma condição de inaptidão, de impossibilidade para o cumprimento de uma função, de um propósito. E o propósito, historicamente estabelecido para um periódico científico, é o de divulgar o conhecimento científico, uma modalidade de discurso verdadeiro. Os periódicos científicos não são espaços destinados ao discurso anormal, esses espaços devem ser ocupados por discursos normatizados, *normalizados*. A normalização é condição para existir, dessa maneira, a inclusão do discurso se dá por avaliação, correção e processos de ajuste (normalização).

Mas, os que os intelectuais descobriram mais recentemente é que, como disse Foucault, “as massas não necessitam deles para saber” (Foucault, 1979, p. 71) e que o papel que a maioria dos intelectuais ocupavam num passado recente, em lutar contras as formas de poder, sofreu profundas mudanças, na medida em que eles, para poderem compartilhar seus saberes, suas perspectivas, seus achados, necessitaram, voluntariamente, ocupar uma condição de servidão às instâncias superiores de financiamento, de poder, de um poder que pode barrar e invalidar suas práticas e discursos.

Pensem no discurso do louco, que não pode ser acreditado, pois é desprovido de validade e de importância, que sem legitimidade não pode ser partilhado, comunicado aos outros. Pois bem, o discurso forjado na racionalidade científica, avaliado por pesquisadores pareceristas, para funcionar, para que sirva para alguma coisa, precisa se submeter a um sistema de acreditação. Os intelectuais já há muito não falam pelas massas, em nome dos outros. Eles, assim como os loucos, podem, também, ser interditados.

Em um texto proferido em sua aula inaugural no *Collège de France*, em dezembro de 1970, Michel Foucault chama a atenção de que:

[...] em toda a sociedade a produção do discurso é simultaneamente controlada, selecionada, organizada e redistribuída por um certo número de procedimentos que tem por papel exorcizar-lhe os poderes e os perigos, refrear-lhe o acontecimento aleatório, disfarçar a sua pesada, temível materialidade (Foucault, 2013, p. 8-9).

Pois bem, a qualidade do discurso estabeleceu-se como um mérito, e o emprego de novos critérios para a aprovação/reprovação das narrativas, elaborados pela CAPES, confirma que os instrumentos de verificação da qualidade não cessam de sofrer metamorfoses. Acontece que o saber disponibilizado, é valorizado e redistribuído em um sistema de exclusão. A seleção de manuscritos integra os processos excludentes. Não nos é permitido falar de qualquer forma, nem de tudo e nem em qualquer lugar. O autor de um manuscrito, aceito para a publicação em um periódico considerado qualificado, é revestido de privilégios e exclusividade. A nova métrica a ser adotada pela CAPES fundamenta-se na lógica do consumo. O mérito agora consiste em ser consumido. A qualidade da mercadoria é verificada pela quantidade em que é comprada e pelo montante financeiro adquirido com sua venda. O índice de citações alcançadas é um índice de consumo.

Para as professoras Patricia Neubert e Rosângela Rodrigues, “a criação do Science Citation Index (SCI), acompanhada da publicação do Fator de Impacto (FI), impulsionou a atuação de *publishers* comerciais no mercado de comunicação científica”, tais corporações interferem “nas temáticas publicadas, no acesso e preço dos periódicos, nas métricas e nos padrões técnicos e operacionais” influenciando “globalmente a pauta da Ciência uma vez que projetos, linhas de pesquisa, financiamentos e *status* são redefinidos baseados no potencial de aceite e impacto das pesquisas” (Neubert; Rodrigues, 2021). O mercado editorial científico global é controlado por um grupo de editores. A CAPES em sua nova modalidade de classificação dos artigos científicos, demonstra sua subordinação ao aceite das condições impostas para a participação no grupo de elite. Ela não consegue escapar. Ao reconhecer como ciência apenas o que é publicado nos sistemas adotados, e a considerar como de grande importância o número de citações, a CAPES reforça o conceito de “ciência de qualidade” forjado pela lógica mercantilista e, como consequência, invisibiliza e silencia tudo o que não faz parte desse universo.

O que está acontecendo é que os integrantes do campo científico *querendo fazer parte desse mundo*, querendo ser citados, se rendem a periódicos que, objetivando primeiramente o lucro, cobram elevadas taxas para a publicação de manuscritos. Em outras palavras, autores para serem citados pagam para falar, “seja pela publicação nos títulos que já compõem a elite ou pela adoção dos padrões de comunicação desses títulos em uma tentativa de adequar-se ao modelo global de produção científica” (Neubert; Rodrigues, 2021, p. 11). Para Jonathan Jarry, a publicação científica é uma indústria, é preciso pagar para se ter acesso à verdade,

[...] editoras predatórias são um sintoma de um problema sistêmico: a mentalidade de publicar ou perecer na academia. Artigos são uma moeda nas universidades. Eles são vistos como indicadores de produtividade, fama e sucesso. Com mais países formando cientistas e adotando essa mentalidade de publicar ou perecer, editoras predatórias estão fadadas a lucrar (Jarry, 2024, tradução nossa).

A verdade recompensa. Os intelectuais acadêmicos são forçados a produzir um determinado tipo de verdade, uma verdade que para se inserir na sociedade precisa ser paga por seus autores, uma verdade que preserve e consolide um sistema de poder e de saber já consolidado, um sistema de exclusão contínua, já que quem não publica não usufrui de benefícios institucionais. A principal atividade dos acadêmicos tornou-se a publicação, e a justificativa é a de que eles estão em contínua dívida, por isso pagam sem cessar e para isso precisam ganhar sempre mais. Acontece que o maior volume do saber produzido dá-se em espaços e com recursos públicos, e esses, tornam-se propriedades privadas. Os verdadeiros beneficiados dos saberes acadêmicos não são os pobres e os doentes, mas as grandes empresas editoriais.

Estamos em crise. E a crise é a regra do capital. Se olharmos atentamente é possível verificarmos o desequilíbrio entre o grupo dos que escrevem e o daqueles que publicam, entre os que publicam e os que tem acesso ao que é publicado. Tal assimetria e desigualdade são as verdadeiras regras do mercado da publicação científica. A enunciação de mais uma modalidade de avaliação por parte da CAPES é a sinalização de que é a política, e não a moeda é que é funcional, já que a política “exprime e sanciona relações de poder” (Lazzarato, 2017, p. 137).

Na atual *servidão voluntária* dos escritores acadêmicos, estes aceitam alegremente a exigência da maioria das editoras de que assinem os direitos autorais de seus trabalhos, permitindo-lhes controlar o acesso a ele e maximizar seus lucros (Walter; Mullins, 2019). Eis a razão pela qual o parasita não mata seu hospedeiro. Já mencionamos alguns motivos pelo qual não ousamos mudar o atual status quo. Para Walter e Mullins:

Em primeiro lugar, nós, como comunidade, caímos no hábito preguiçoso e lamentável de usar títulos de periódicos como parâmetros para medir nossas realizações. Fingimos que essa é uma estratégia racional apontando para métricas como o fator de impacto do periódico, amplamente visto como uma métrica falsa feita sob medida para ser manipulada por periódicos de alto perfil [...] Embora os fatores de impacto sejam agora amplamente assumidos como ditadores das carreiras de muitos jovens cientistas, na realidade, a importância de publicar em periódicos de alto perfil surge em grande parte de uma noção antiquada dentro da comunidade científica (Walter; Mullins, 2019, p. 2539, tradução nossa)

Para finalizar é preciso dizer que silenciar alguém, privando-o de se manifestar, de beneficiar-se pelas citações de seus manuscritos é uma outra manifestação do poder policial, normativo, normalizante e antidemocrático. E aqui não se trata do zelo pela verdade. Não estamos falando de falsas notícias. “Acontece que a escrita embaralha qualquer relação ordenada do *fazer*, do *ver* e do *dizer* [...], e essa perturbação tem um nome político: chama-se democracia (Rancière, 1995, p. 9). A desqualificação da escrita é a manifestação de um diagnóstico: a de que encontra-se doente, e que portanto, não está autorizada a circular, devendo permanecer em quarentena. Tratam-se de corpos ilegítimos, impossibilitados de ocupar qualquer lugar de fala. Portanto, é preciso que outros corpos sejam ocupados, tomados emprestados para que a democracia possa ser fortalecida.

Como disse Gilles Deleuze:

Talvez a fala, a comunicação, estejam apodrecidas. Estão inteiramente penetradas pelo dinheiro: não por acidente, mas por natureza. É preciso um desvio da fala. Criar foi sempre coisa distinta de comunicar. O importante talvez venha a ser criar vacúolos de não-comunicação, interruptores, para escapar ao controle (Deleuze, 2013, p. 221).

A criação, portanto, de possibilidades desabrigadas do capital e do trabalho, é uma das possíveis estratégias de instaurarmos rupturas, fendas de abrigo e dos vacúolos citados por Deleuze. O palco onde encontramos-nos é complexo. Os discursos qualificados ou deficientes encontram-se ordenados e/ou separados. A nossa proposta é embaralhá-los, de modo a romper as linhas divisórias, funcionando como 'veículo' de liberdade. Esse é o nosso otimismo.

Medicinae Plantae

Referências

BRASIL. COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). **CAPES adotará classificação de artigos na avaliação quadrienal.** 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/assuntos/noticias/capes-adotara-classificacao-de-artigos-na-avaliacao-quadrienal>. Acesso em: 27 fev. 2025.

CANGUILHEM, G. **O normal e o patológico.** 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

DELEUZE, G. Controle e Devir. In: DELEUZE, G. **Conversações.** 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2013. p. 213-222.

FERREIRA, M. C. G.; KRZYZANOWSKI, R. F. Periódicos científicos: critérios de qualidade. **Pesquisa Odontológica Brasileira**, São Paulo, v. 17, n. suppl. 1, p. 43-48, 2003. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1517-74912003000500007>. Disponível em: <https://revistas.usp.br/pob/article/view/43053>. Acesso em: 27 fev. 2025.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso:** aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 23. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

JARRY, J. **The Science Journals That Will Publish Anything:** Predatory journals are real but how we talk about them can be misguided. 2024. Disponível em: <https://www.mcgill.ca/oss/article/critical-thinking-general-science/science-journals-will-publish-anything>. Acesso em: 18 Jan. 2025.

LA BOÉTIE, E. **O Discurso da Servidão Voluntária.** São Paulo: Instituto Rothbard, 2022.

LAZZARATO, M. **O Governo do Homem Endividado.** São Paulo: n-1 Edições, 2017.

NEUBERT, P. S.; RODRIGUES, R. S. Oligopólios e publicação científica: a busca por impacto na América Latina. **TransInformação**, Campinas, v. 33, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/2318-0889202133e200069>. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/transinfo/article/view/5844>. Acesso em: 27 fev. 2025.

RANCIÈRE, J. **Políticas da escrita.** Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

WALTER, P.; MULLINS, D. From symbiont to parasite: the evolution of for-profit science publishing. **Molecular Biology of the Cell**, [S.l.], v. 30, n. 20, p. 2537-2542, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1091/mbc.E19-03-0147>. Disponível em: <https://www.molbiolcell.org/doi/10.1091/mbc.E19-03-0147>. Acesso em: 27 fev. 2025.